

## OS DILEMAS INTERNOS DA IDEOLOGIA DA GUERRA FRIA, OU QUEM PODE SONHAR O SONHO AMERICANO?

### THE INTERNAL DILEMMAS OF COLD WAR IDEOLOGY, OR WHO CAN DREAM THE AMERICAN DREAM?

Sandro Marques dos SANTOS\*

**Resumo:** Esse artigo intenta analisar o dilema criado pela discrepância entre a retórica dos Estados Unidos na Guerra Fria e a realidade de suas relações raciais. Analisaremos as formas por meio das quais as forças políticas norte-americanas endereçaram esse dilema de modo a reestabelecer coerência na narrativa oficial do país e os conflitos que, por sua vez, surgiram disso. Para tanto, analisaremos, em especial, os discursos dos presidentes norte-americanos, os entendendo como tentativas de hegemonizar a causa da justiça racial dentro de parâmetros aceitáveis para a ideologia da Guerra Fria. Daremos atenção a dois resultados importantes desse processo: a fissura da coesão entre a elite política branca dos Estados Unidos e a neutralização das dimensões mais radicais do movimento negro decorrente desse processo de hegemonização.

**Palavras Chave:** Estados Unidos; Guerra Fria; Sonho Americano; movimento dos direitos civis.

**Abstract:** This article attempts to analyze the dilemma created by the discrepancy between the rhetoric of the United States in the Cold War and the reality of its race relations. We will analyze how the American political forces have addressed this dilemma to reestablish coherence in the country's official narrative and the conflicts that, in turn, have arisen from this dilemma. To this end, we will analyze, in particular, the speeches of the American presidents, understanding them as attempts to hegemonize the cause of racial justice within acceptable parameters of the Cold War ideology. We will pay attention to two important results of this process: the fissure in the cohesion between the white political elite of the United States and the neutralization of the more radical dimensions of the black movement resulting from this hegemonization process.

**Keywords:** United States; Cold War; American Dream; civil rights movement.

“América não é outra palavra para Oportunidade para *todos* os seus filhos.”  
(DU BOIS, 1997, p. 122)

“[...] O perigo ameaça tanto o conteúdo dado da tradição quanto os seus destinatários. Para ambos o perigo é único e o mesmo: deixar-se transformar em instrumento da classe dominante. [...] O dom de atear ao passado a centelha da esperança pertence somente àquele historiador que está perpassado pela convicção de que também os mortos não estão seguros diante do inimigo, se ele for vitorioso. E esse inimigo não tem cessado de vencer.” (BENJAMIN apud LÖWY, 2005, p. 65.)

---

\* Mestrando em História - Programa de Pós-graduação em História - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Porto Alegre, RS - Brasil. E-mail: sandroms1995@gmail.com.

### *Introdução*

Celebrada como uma grande vitória da democracia, a derrota dos países Eixo na Segunda Guerra Mundial não pôs fim ao clamor por liberdade e democracia de uma parcela significativa da população dos Estados Unidos. A promessa democrática que o país se propunha ser era reivindicada por um crescente movimento de mulheres e homens negros, para quem essa promessa ainda era apenas isso: promessa. Mas, conjuntamente com a luta afro-americana, o pós-guerra viu o anúncio de outra grande luta em nome da liberdade. O início da Guerra Fria inaugurou um novo cenário geopolítico e, acompanhado dele, uma nova narrativa nacional para os Estados Unidos. Nessa narrativa, o país novamente se erguia como um bastião da liberdade para defender, tal como ele havia feito em 1776 em sua Independência e na mais recente guerra mundial, o mundo contra uma força tirânica, agora representada pelo comunismo soviético. Mas sustentar essa narrativa frente à realidade da segregação racial não era uma operação retórica fácil. As manifestações pelo fim do racismo cotidiano e institucionalizado e as cenas da brutalidade com a qual elas eram recebidas circulavam o mundo, ferindo a credibilidade da imagem que os Estados Unidos nutriam e propagavam de si mesmos. Como resultado, a ideologia da Guerra Fria, o imperativo consensual de que a política externa norte-americana deveria conter o comunismo, se encontrou em um grande dilema. Um dilema que envolveu buscar atender algumas das demandas do movimento negro para manter a credibilidade nacional no exterior, mas atendê-las sem desmanchar a coesão entre a elite política branca do país. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é analisar esse dilema, as diferentes formas pelas quais as forças políticas norte-americanas, em especial seus presidentes, o endereçaram e suas consequências tanto para essas forças, quanto para o movimento negro. Por fim, almejo tecer algumas considerações críticas em torno de alguns dos resultados políticos desse processo, a saber como a luta antirracista pode ter suas dimensões mais contestatórias neutralizadas ao ser articulada dentro de uma narrativa nacional oficiosa.

### *Make America Again! Uma centelha de esperança entre derrotas*

Em 1935, Langston Hughes escreveu o poema “Let America be America Again” (Deixe a América ser América Novamente). Nele, o poeta afro-americano fez um clamor para que a promessa dos Estados Unidos como a terra da liberdade fosse cumprida. “Deixe a América ser a América novamente. Que seja o sonho que costumava ser.” Endereçando-se como o branco pauperizado, o negro, o nativo-americano e o imigrante em conjunto, ele afirma que o ideal romântico do Sonho Americano nunca se quer existiu, não para ele ao menos. “América nunca foi América para mim”. Mas é por esse mesmo ideal que ele clama. “Deixe América ser o sonho

que os sonhadores sonhavam”. Explorando os lados obscuros da história norte-americana, o narrador destaca os esquecidos, aqueles para os quais esse ideal nunca foi:

Oh, deixe a América ser a América novamente—  
A terra que nunca foi ainda—  
E que, no entanto, deve ser — a terra onde todo homem é livre.  
A terra que é minha - o pobre homem, o Indígena, o Negro, ME—  
Que fizeram a América,  
Cujo suor e sangue, cuja fé e dor,  
Cujas mãos na fundição, cujo arado na chuva,  
Deve trazer de volta nosso poderoso sonho novamente.

Ao destacar o sofrimento e a derrota daqueles que forjaram os Estados Unidos, ele não renega o Sonho, ele clama por ele, seu direito prometido e não cumprido. “América nunca foi América para mim. E, no entrando, eu juro esse juramento—América será!” A nação depende disso; ela depende que os condenados e abandonados no percurso da história-progresso se levantem e a redimam:

Nós, o povo, devemos redimir  
A terra, as minas, as plantas, os rios.  
As montanhas e as planícies sem fim—  
Toda, toda a extensão desses grandes estados verdes—  
E fazer a América novamente!<sup>1</sup>

Quando o Trem da Liberdade<sup>2</sup> atravessou os Estados Unidos, doze anos após a escrita desse poema, muitos afro-americanos se mostraram céticos em relação a ele. Entre eles, estava Hughes, que em um poema levantou questões sobre o projeto:

Eu espero que não haja nenhum Jim Crow no Trem da Liberdade  
Nenhuma entrada dos fundos no Trem da Liberdade,  
Nenhuma placa APENAS PARA PESSOAS DE COR no Trem da Liberdade  
Nenhum PESSOAS BRANCAS APENAS no the Trem da Liberdade<sup>3</sup>

Para seu contentamento, com a administração Truman planejando tornar direitos civis uma de suas prioridades, visitas segregadas ao Trem não foram permitidas pelos seus organizadores. As visitas às cidades de Memphis e Birmingham no Tennessee e Alabama respectivamente acabaram canceladas quando as autoridades locais insistiram em visitas racialmente separadas. O Trem da Liberdade fez seu percurso sem grandes incidentes e foi celebrado na imprensa negra por, ainda que apenas temporariamente, ter rompido as paredes da segregação (FONER, 2016, p. 907). Mas, mesmo não tendo provocado turbulências, o desenvolvimento do projeto revelou algumas das fissuras que existiam na sociedade estadunidense do período. Considerada por muitos um período consensual, se existia algum real

consenso nos anos finais da década de 1940 e na década de 1950 nos Estados Unidos ele era, antes de tudo, um entre a sua elite branca. De outro modo, considerar esse um período de consenso implicaria negar as profundas divisões raciais e de classe que persistiam. Em termos do pertencimento nacional, dessas divisões, a racial foi a que mais impôs um desafio à retórica oficial do país. A construção narrativa da Guerra Fria como um conflito em que os Estados Unidos eram o bastião da liberdade entrava em forte dissonância com realidade da segregação racial que imperava institucionalmente no Sul do país. A existência de uma parcela significativa dos cidadãos norte-americanos que não desfrutavam plenamente de sua cidadania não se ajustava à compreensão que essa narrativa visava estabelecer.

Com o crescente destaque dos Estados Unidos nos assuntos internacionais e o aumento de vozes negras dissidentes, essa dissonância tornou-se grande demais para ser ignorada ou adequadamente contida pelo seu silenciamento. Como consequência, mesmo sem trazer consequências tão diretas no confronto geopolítico no exterior, o movimento dos direitos civis e suas reivindicações se tornaram um dos maiores dilemas políticos dos Estados Unidos durante a Guerra Fria. Seu potencial de desgaste na imagem nacional no exterior tornou-se uma fonte de pressão em favor de reformas em direitos civis, que, por sua vez, arriscavam fissurar o consenso interno entre a elite branca do país.

Muitos brancos não-anglos haviam se beneficiado da retórica pluralista usada pelo presidente Franklin D. Roosevelt. Contra a retórica da Primeira Guerra Mundial, que adotava a cultura anglo-saxã como norma nacional, Roosevelt promoveu uma aceitação da diversidade cultural como única de forma de alcançar alguma harmonia em uma sociedade heterogênia (FONER, 1998, p. 237). Entretanto, o significado desse pluralismo permaneceu ambivalente para a parcela não-branca da população dos Estados Unidos. De modo que, durante a Guerra Fria, enquanto o comunista estava fora da nação, independente de quem fosse, até o mais anglo-americano dos homens estaria fora de seus limites, o afro-americano até o mais leal existia nesse exato limite. Para ser incluído na história, era exigido que eles estivessem dentro da nação, mas, uma vez dentro dela, invisíveis. Nenhuma narrativa nacional parecia dar conta de sua presença, então ela era tornada uma não-presença: “Mantidos em um abraço tirânico dentro de uma sociedade democrática, os afro-americanos não puderam ser incorporados à narrativa inclusiva nem lançados além das fronteiras geográficas da nação.” (ENGELHARDT, 1995, p. 28). Pondo de lado historiadores negros, a história dos Estados Unidos foi escrita como se eles não existissem e sua experiência sem consequências. Mesmo no estudo da escravidão, longe de aparecerem como sujeitos, eles desapareciam como números dentro de um sistema socioeconômico abstrato (ENGELHARDT, 1995, p. 34).

A reconciliação pós-Guerra Civil evidencia isso com clareza. Ao passo em que não era possível consenso em uma interpretação triunfalista da guerra entre brancos do Norte e do Sul, uma narrativa de perdão pôde unir os dois lados. “Sou um verdadeiro americano e não desejo reter nenhuma relíquia como um triunfo de americanos sobre americanos” escreveu um capitão sulista que desejava devolver a espada de um tenente unionista capturada pelos confederados durante a guerra (KAMMEN, 1991, p. 107). Ao invés de cerimônias de vitória e triunfo, seriam feitas cerimônias de reconciliação, das quais veteranos negros eram geralmente excluídos. Pois, tal como a memória da escravidão e da emancipação, a memória dos soldados negros que lutaram por sua liberdade não se encaixava bem em uma cultura que abraçava um Sul romantizado de volta ao rebanho nacional (BLIGHT, 2000, p. 120). Para o consenso regional entre brancos ser construído, os elementos de discórdia precisavam ser postos de lado, o que incluía a presença negra, escrava ou livre. Como uma história de tragédia familiar, ela seria uma entre brancos. Desse modo, “a guerra foi lembrada principalmente como uma tragédia que levou a uma maior unidade e coesão nacional [...]” e não como uma “crise aterradora de uma nação profundamente dividida sobre escravidão, raça, definições concorrentes de trabalho, liberdade, economia política e o futuro do Oeste” (BLIGHT, 1993, p. 403).

Essa reconciliação não implicou, contudo, no completo desaparecimento das discordâncias regionais entre brancos. O ressentimento entre antigos inimigos não foi plenamente superado.<sup>4</sup> Mas esses limites ao sentimento de reunião familiar não envolviam o destino dos afro-americanos após o conflito. Com a abolição, o principal fator de desunião do país acabou e, mesmo que razões para discórdias não tenham desaparecido inteiramente, o fim da Guerra Civil forneceu um centro de vida nacional para os Estados Unidos (GRANT, 2014, p. 201). Mostrando como a emancipação promoveu uma solidificação da consciência nacional entre brancos às expensas dos afro-americanos, que permaneceram, a despeito da vitória da União, desunidos do corpo da nação por um sistema de segregação.

Entretanto, a percepção da semelhança entre as leis raciais da Alemanha nazista e os códigos segregacionistas sustentados pelas leis Jim Crow no Sul dos Estados Unidos produziu uma brecha no consenso que sustentava a segregação racial e essa invisibilização. Soldados negros descobriram modos alternativos de vida fora dos Estados Unidos e, por meio de sua experiência militar, aprenderam não apenas a se organizar e lutar, mas também, como soldados da democracia, se convenceram de que tinham direitos às liberdades pelas quais eles derramaram sangue. Era essa reivindicação que estava por trás da campanha do Duplo V, organizada por afro-americanos como sua racionalidade para apoiar uma vitória contra a ameaça fascista no exterior e outra contra Jim Crow domesticamente (LUCKS, 2014, p. 16). A

Segunda Guerra Mundial ressaltou, assim, as discrepâncias entre a retórica do país e a realidade nacional em relação à raça, impulsionando mudanças na consciência negra e correspondentes mudanças na ideologia e nas prioridades de liberais brancos. A contraposição entre os valores nacionais dos Estados Unidos e os da Alemanha de Hitler fez crescer a percepção da significância da injustiça racial e dos direitos civis (SLOTKIN, 1992, p. 320 e 322). Algo que só iria crescer com a Guerra Fria; como nos diz Eric Foner (1998, p. 267): “Para muitos americanos negros, a fronteira entre os mundos livre e não-livre parecia percorrer a linha de cor, não a cortina de ferro.”

“Eu quero a própria Liberdade, não um Trem da Liberdade” afirmou o cantor e ator afro-americano Paul Robeson (apud Foner, 1998, p. 250). Não era o passado de vitoriosas lutas pela liberdade contidas em seus documentos que ele desejava, ou a certeza de vitória sobre o comunismo. Ele deseja uma vitória futura, mas não aquela prometida pelo Trem, e não porque seu passado é recheado de vitórias, mas porque o é de derrotas insuportáveis. Esse é um dos sentidos que Hughes expressa nos versos que iniciam este artigo. Como Hughes em sua poesia, o movimento negro buscou injetar realidade ao sofrimento e a derrota dela esvaziados na triunfalista narrativa oficial dos Estados Unidos. Como nos diz belamente Saidiya Hartman, “Lágrimas e decepção criam uma abertura para contra-história, uma história escrita contra a narrativa do progresso” (HARTMAN, 2002, p. 769). Rememorando o sofrimento e os combates esquecidos, a contra-narrativa construída pelo movimento dos direitos civis irrompe como turbulência na história-progresso dos Estados Unidos, tal como a pedra que atirada ao lago forma convulsões na homogeneidade da água. Essa crescente visibilidade que é dada ao seu sofrimento se torna um problema que não pode mais ser silenciado por uma reconciliação entre brancos.

Logo, a luta pelos direitos civis colocou a ideologia da Guerra Fria em uma difícil posição. Suas reivindicações destacaram uma realidade embaraçosa demais para uma nação que se apresentava como a principal combatente da liberdade no mundo, levando muitos a acreditarem que o credo nacional permaneceria comprometido enquanto a segregação vigorasse. As certezas que fundamentavam a narrativa nacional pareciam ameaçar desmoronar frente a essa realidade. Quem representava o bem e quem representava o mal no mundo bipolar já não pareciam mais tão evidentes. E o uso de metáforas amplamente utilizadas como a da “escravidão” para descrever o sistema político do inimigo ganhava ares de ambivalência. Com efeito, uma possível conexão com o próprio passado escravocrata dos Estados Unidos, ou com seu então presente segregacionista não seria feita. Mas continuar a usá-la para descrever o campo adversário já não parecia mais tão fácil frente à realidade de suas relações raciais. Seu

uso poderia adquirir facilmente a pecha de hipocrisia. Na famosa frase de Muhammad Ali: “Nenhum vietnamita já me chamou de crioulo.” Consequentemente, em um contexto em que a propaganda ideológica era de suma importância, a segregação se tornou não apenas um problema político, como também um problema narrativo: se ser estadunidense é ser livre, o negro não era livre, ou ele não era um estadunidense? Existe uma parcela de sua população que não é livre, ou existe uma população estrangeira vivendo em suas fronteiras sob leis tirânicas? Os Estados Unidos são realmente livres?

### *O dilema da Guerra Fria e a luta pelo Sonho Americano*

Em junho de 1947, consciente dessas contradições, o presidente Truman concordou em discursar na conferência anual do NAACP (Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor), a maior e mais antiga organização de direitos civis do país. Em um pronunciamento proferido nacionalmente do Memorial Lincoln em Washington, o primeiro feito por um presidente ao NAACP, Truman buscou deixar claro como a causa nacional dos Estados Unidos no exterior não poderia prevalecer a menos que eles endereçassem suas relações raciais: “Eventos recentes nos Estados Unidos e no exterior nos fizeram perceber que hoje é mais importante do que nunca garantir que todos os americanos desfrutem desses direitos. Quando digo todos os americanos, quero dizer todos os americanos.” Os acontecimentos mundiais não poderiam se não influenciar a disposição política aos direitos civis. Proferido apenas poucos meses após a promulgação da Doutrina Truman, que estabeleceu a política de contenção contra o comunismo, esse discurso demonstrou como o apoio do executivo a avanços na reestruturação das relações raciais estaria subordinado em larga medida à dinâmica da Guerra Fria. O que não implica afirmar que não havia outros cálculos políticos em jogo.

A migração de afro-americanos para fora do Sul tornou o eleitorado negro uma parte importante da coalização do Partido Democrata. Em algumas regiões, seu voto poderia ser a diferença entre vitória e derrota. Contudo, muitos brancos no Norte ainda não haviam abraçado inteiramente a causa da justiça racial e no Sul, onde a maioria dos afro-americanos ainda vivia, praticamente todos os brancos eram seus opositores (PATTERSON, 1997, p. 15). Existia um risco envolvido nesse cálculo, dado que também havia uma importante ala sulista no partido. Nesse sentido, a Guerra Fria pesou em tornar os direitos civis um problema doméstico crucial, apesar dos riscos políticos implicados. Como colocou Truman: “Liberdade não é uma lição fácil de ensinar, nem uma causa fácil de vender, a pessoas assoladas por todo tipo de privação. Elas podem se render à falsa segurança oferecida de forma tentadora por regimes totalitários, a menos que possamos provar a superioridade da democracia.” Em um período de

descolonização, em que ambas as superpotências disputavam para influenciar os destinos das novas nações, a existência de Jim Crow, criado nem tanto para separar as raças, quanto para afirmar a supremacia branca, tornava a promessa democrática dos Estados Unidos na Guerra Fria vazia. Da perspectiva desses países, principalmente os africanos, a realidade de suas leis discriminatórias não fazia jus à sua bela retórica democrática.

Nesse discurso, Truman buscou muito mais do que apenas certificar seu apoio moral aos direitos civis, ele almejou enquadrá-los dentro da própria missão nacional: “Devemos e garantiremos os direitos civis de todos os nossos cidadãos. Nunca antes havia sido tão urgente ação hábil e vigorosa para nos aproximarmos de nosso ideal.”<sup>5</sup> O senso de destino nacional do país seria influenciado pela causa afro-americana certamente, mas o cálculo político para tentar balancear as necessidades da política externa com conveniências eleitorais ainda era bastante delicado.

Na Convenção Nacional Democrata de 1948, Truman deu apoio a uma plataforma de direitos civis tão vaga que levou a protestos da ala liberal do partido. Em face da rebelião, ele mudou sua posição e, buscando prevenir a perda do voto negro no Norte, ele assinou uma ordem executiva que estipulou “oportunidade igualitária” nas Forças Armadas, mas evitou uma explícita linguagem de dessegregação mandatória (LUCKS, 2014, p. 25) (PATTERSON, 1997, p. 150). Mas o cálculo era, de fato, de difícil manejo; sua adoção de uma plataforma mais liberal de direitos civis provocou uma debandada de delegados do Alabama e do Mississippi da convenção (PATTERSON, 1997, p. 151). Em pouco tempo, eles formaram o Partido Democrata dos Direitos dos Estados e nomearam o governador da Carolina do Sul Strom Thurmond para a corrida presidencial. Ainda que sua plataforma pedisse por uma total segregação das raças, o governador negou acusações de racismo. Segundo ele, o que estava em jogo era liberdade, a liberdade dos estados. A política de Truman de estender o poder federal sobre o Sul iria, acusou Thurmond, tornar os Estados Unidos um estado hitlerista (FONER, 2016, p. 926). Nesse sentido, transformar os direitos civis em parte da causa nacional inevitavelmente despertava o ressentimento sulista e sua identidade regional contra a “agressão” de Washington, arriscando a fidelidade democrata do Sul.

Por outro lado, a adesão à causa da justiça racial trouxe uma parcela importante do eleitorado para o partido e garantiu que um movimento de fortes potenciais contestatórios gravitasse em direção da causa nacional contra o comunismo. Afinal, ao buscar fazer esse enquadramento, o discurso de Truman não almejava apenas convencer a parcela branca da nação a aderir à defesa dos direitos civis, mas também engajar os movimentos dos direitos civis em favor da política da Guerra Fria: “Com essas cartas nobres para nos guiar, e com fé em



nossos corações, tornaremos nossa terra um lar mais feliz para nosso povo, um símbolo de esperança para todos os homens e uma rocha de segurança em um mundo conturbado.”<sup>6</sup> Pela adesão comum as “cartas” (a Declaração de Independência, a Constituição e a Proclamação de Emancipação, ao ideal nacional portanto) ele constitui uma cadeia de equivalência, na qual a causa da justiça racial (tornar nossa terra um lugar mais feliz para nosso povo) e a causa nacional na Guerra Fria (torná-la uma rocha de segurança para um mundo turbulento) são articuladas.<sup>7</sup> Desse modo, construindo ambas em harmonia com os ideais da nação e promovendo seus interesses, ele diminui seus significados particulares, fazendo com que o interesse de uma apareça como o interesse da outra, uma equivalência em sua defesa conjunta.

Seguindo os fundamentos dessa construção discursiva e buscando garantir o contínuo apoio da presidência, a NAACP passou a prescrever os preceitos ideológicos da Guerra Fria. A partir de então, “[...] o establishment político afro-americano lutaria por direitos civis dentro dos parâmetros estreitos da Guerra Fria.” (LUCKS, 2014, p. 27). Isso exemplifica o resultado da estratégia inclusiva para lidar com contestações internas. Em contraposição à estratégia de exclusão, caracterizada pela repressão na forma da lei para forçar uma conformidade nacional, melhor exemplificada pelo macarthismo, essa política de tolerância foi um modo de mobilizar os agrupamentos domésticos em coalizção contra o comunismo, alargando os limites da narrativa nacional (ENGELHARDT, 1995, p. 100). Como resultado, a conexão internacionalista do movimento entre lutar contra o racismo domesticamente e uma firme postura anti-imperialista no exterior, a cooperação pacífica com os soviéticos e seus compromissos por justiça econômica seriam severamente suavizados ou inteiramente abandonados.

Não podemos, contudo, tomar essa inserção aos interesses dos grupos políticos hegemônicos dos Estados Unidos como um exemplo de passividade por parte do movimento dos direitos civis. De fato, o movimento teve suas dimensões mais radicais abrandadas nesse processo, porém a ligação entre direitos civis e Guerra Fria emergiu em larga medida de uma estratégia do próprio movimento de enfatizar as discrepâncias entre a imagem dos Estados Unidos como líderes do Mundo Livre e a realidade das relações raciais no país. Apontando essas contradições, grupos como a NAACP conseguiram tornar sua causa um fator dentro da questão de maior relevância política daqueles anos, a Guerra Fria, dando ainda maior legitimidade e urgência aos direitos civis (FOUSEK, 2000, pp. 135-136). Havia, portanto, uma avaliação pragmática e concessões de ambos os lados, liberais brancos e movimento negro, no reconhecimento muito de que eram necessárias reformas em direitos civis para que o país estivesse em conformidade com sua retórica e ideais nobres.

A eleição de 1948 evidenciou nitidamente essa nova postura. Os líderes da NAACP, ainda que por muito tempo tivessem desconfiado de Truman e celebrado o ex-vice-presidente Henry Wallace como o mais antirracista dos democratas, apoiaram o presidente e buscaram silenciar qualquer apoio a Wallace e seu recém fundado Partido Progressista dentro da organização (BERG, 2007, p. 86). Eles sabiam que Wallace não tinha chances de vitória e temiam cortar seu acesso ao poder e influência se o apoiassem. Assim como Truman, eles também faziam um cálculo político. Logo, com o reconhecimento explícito pelo presidente de que o fim da discriminação era interesse dos Estados Unidos, eles abraçaram a retórica da Guerra Fria para avançar seus próprios objetivos.<sup>8</sup> Nomes proeminentes entre a liderança negra como Paul Robeson e W. E. B. Du Bois se tonaram, por outro lado, críticos ardorosos da política externa do país e apoiaram Wallace como um necessário voto de protesto, porém a maioria aceitou o raciocínio desse cálculo pragmático (FONER, 1998, p. 258 e 286). No dia da eleição, grande parte dos eleitores negros também pareceu concordar com ele. A despeito das simpáticas que pudessem ter por Wallace, em torno de 70% deles haviam votado em Truman, o ajudando a vencer em estados sem os quais ele certamente teria perdido o pleito nacional, enquanto apenas 10% votaram no ex-vice-presidente (BERG, 2007, p. 87). Logo, a assimilação dos direitos civis pela ideologia da Guerra Fria sedimentou seu poder hegemônico e neutralizou no processo os elementos mais radicais e críticos desse movimento, mais notadamente a ligação entre a luta contra Jim Crow e um compromisso anti-imperialista no Terceiro Mundo.

Em meio ao ambiente de histeria do macarthismo, a NAACP implementou medidas contra infiltração comunista e, na sua convenção de 1950, a organização aprovou uma resolução anticomunista (LUCKS, 2014, p. 29). Como uma minoria que já era vista com suspeita, a parcela negra da população era mais suscetível à repressão anticomunista. Radicais negros estrangeiros como C. L. R. James e Claudia Jones seriam expulsos do país depois de meses de encarceramento (LUCKS, 2014, p. 31). Mas a repressão também não deixou de atingir afro-americanos como Robeson e Du Bois. O legendário fundador da NAACP não recebeu apoio da organização quando ele foi acusado de não se registrar como um agente estrangeiro da União Soviética pelo seu envolvimento com o Centro de Informação da Paz, uma organização pacifista que defendia a abolição das armas nucleares. Já Robeson, por suas críticas à política externa, teve seu passaporte revogado pelo Departamento de Estado, o impedindo de trabalhar no estrangeiro. Assim como Du Bois, ele foi abandonado por grande parte da imprensa e da liderança afro-americana. Enquanto Du Bois seria, mesmo no auge da histeria, inocentado do que eram acusações claramente absurdas, Robeson foi severamente impactado, emocionalmente e financeiramente, nunca tendo se recuperado por completo (LUCKS, 2014, p. 30). Apesar disso,

acusações de que o movimento dos direitos civis não eram nada mais que peões do comunismo continuaram.

Durante a eleição, Thurmond já havia feito uma conexão entre direitos civis e o comunismo. Segundo ele, o Partido Democrata havia sido capturado pela infiltração de radicais e subversivos e a plataforma de direitos civis de Truman tinha origem na ideologia comunista (PATTERSON, 1997, p. 157). Durante o macarthismo, a adesão da NAACP aos preceitos da Guerra Fria não impediu que ela continuasse sendo acusada de ser dominada por comunistas, ao mesmo tempo em que não garantiu que Truman fizesse um ataque decisivo contra a segregação. Ele estava preocupado com a percepção internacional dos Estados Unidos, mas não estava disposto a ir muito mais longe do que a opinião pública achava aceitável em termos de reformas (LUCKS, 2014, p. 29). Isso ficou claro nas eleições de 1952, quando, para evitar mais uma revolta sulista, o partido escolheu Adlai Stevenson, que tinha pouco interesse em direitos civis, encarados por ele como uma questão a ser resolvida pelos estados, como seu candidato e o senador segregacionista do Alabama John Sparkman como seu vice (BORSTELMANN, 2001, p. 90).

A assimilação dos direitos civis pela ideologia da Guerra Fria tinha limites que perduraram até a presidência de Lyndon Johnson. Por serem diferentes, a política da Guerra Fria e os direitos civis podiam ser articulados, mas a relação de antagonismo entre esse último e a ala segregacionista do Partido Democrata inviabilizava a construção de uma cadeia de equivalência entre os três.<sup>9</sup> Os seus discursos e interesses eram, afinal, baseados na negação um do outro. De modo que a assimilação dos interesses do movimento dos direitos civis seria regulada por um cálculo político entre pressões externas e internas. Ainda que tenha incentivado o diálogo pela causa afro-americana, no fim, Truman fez um avanço tímido na área e a importância dada em 1948 aos direitos civis seria perdida, eclipsada pela relevância adquirida pela Guerra da Coreia e a Ameaça Vermelha no país (PATTERSON, 1997, p. 255). Mas, diante do medo da paranoia e repressão macarthistas, o cálculo pragmático da NAACP e sua consequente adesão à ideologia da Guerra Fria permaneceram mesmo com a diminuição do compromisso pela justiça racial.

Entretanto, a pressão externa permaneceu durante o governo do republicano Dwight Eisenhower. Especialmente embaraçosos foram episódios em que representantes estrangeiros de pele escura eram negados serviços em restaurantes em Washington ou mesmo vítimas de assédio. O surgimento de novos estados africanos e o uso da segregação pelos soviéticos em sua propaganda também eram levados em consideração (LEUCHTENBURG, 2001, p. 332). A despeito disso, o presidente não foi emocionalmente, nem intelectualmente em favor de

combater a segregação. Seu conservadorismo o tornou particularmente não receptivo a intervenções federais no Sul, mesmo que fossem para proteger direitos constitucionais de cidadãos afro-americanos. Além disso, ele sabia que seu partido havia feito conquistas no Sul na eleição de 1952 e não desejava sabotar perspectivas futuras na região (LEUCHTENBURG, 2001, p. 361). Quando a Suprema Corte declarou a segregação de raças em escolas públicas inconstitucional no caso *Brown v. Board of Education* ele agiu para tornar efetiva a decisão judicial dentro do Distrito de Columbia, onde a autoridade federal era indiscutível. Para além desses parâmetros, contudo, Eisenhower se recusava a ultrapassar.

Ao seu ver, legislações não eram efetivas para resolver o que deveria ser endereçado com o apelo à razão. Quando a Corte determinou a dessegregação mandatória em todas as escolas, o presidente não agiu como ele havia feito em Columbia. Com o que parecia ser um consentimento implícito de sua parte, supremacistas brancos se sentiram livres para impedir qualquer processo de dessegregação, usando a força e a violência se necessários. E novamente, Eisenhower se recusou a agir (LEUCHTENBURG, 2001, pp. 362-363). Sua inação chegou ao fim quando em Little Rock no Arkansas a Central High School decidiu obedecer às ordens judiciais admitindo nove estudantes negros. Em resposta, o governador Orval Faubus despachou a Guarda Nacional do estado para barrar a entrada dos novos alunos na escola. Fotos de uma das estudantes cercada por mulheres brancas com rostos contorcidos em ódio circularam no exterior, causando intensa indignação (LEUCHTENBURG, 2001, p. 364). Com o crescimento das hostilidades e críticas à sua paralisia, Eisenhower finalmente agiu, naquilo que seu Chefe de Gabinete afirmou ter sido, na perspectiva do presidente, o ato mais repugnante cometido por ele em seus oito anos na Casa Branca. Ele enviou 1100 homens das Forças Armadas e federalizou a Guarda Nacional do Arkansas para assegurar a entrada pacífica dos estudantes nos prédios da instituição escolar, porém ele tomou essa iniciativa não como um defensor da dessegregação, mas como comandante-em-chefe do país (PATTERSON, 1997, p. 415).

Em pronunciamento em rádio e televisão, o presidente buscou sustentar o envio de tropas federais apelando para argumentos de ordem jurídica, e não morais em defesa dos direitos dos estudantes: “O interesse da nação no cumprimento adequado dos requisitos da lei não pode ceder à oposição e manifestações de algumas poucas pessoas.” Em lugar da ênfase no direito igualitário de todos os cidadãos como estando em sintonia com os interesses nacionais dos Estados Unidos, tal qual Truman havia feito, ele destacou a obediência às decisões da Corte. “Uma base do nosso modo de vida americano é o respeito nacional pela lei.”<sup>10</sup> Discordando ou concordando com a lei, cabia a todos os norte-americanos segui-la. A assimilação dos interesses

dos direitos civis desaparece e é substituída por uma tentativa de racionalizar suas ações como aquelas de um agente neutro em uma disputa que não lhe cabe. Sua neutralidade só lhe garantiu ataques dos dois lados, com segregacionistas traçando comparações do envio de soldados com a Alemanha nazista e a infâmia de Pearl Harbor. Já defensores dos direitos civis criticaram a indecisão demonstrada por ele e o acusaram de, como consequência, incentivar ações de extremistas e manchar a imagem do país no exterior (PATTERSON, 1997, p. 415). O próprio Eisenhower mencionou o impacto da situação em Little Rock no prestígio do país em meio a Guerra Fria, porém ele se absteve de prescrever uma defesa da causa da justiça racial como resposta, se limitando apenas a apoiar um necessário cumprimento da lei. Mostrando como ele se recusaria a fazer qualquer avanço na área seja por ações efetivas, ou mesmo apenas através de um claro posicionamento moral em favor dos direitos civis. Até o fim de sua presidência, ele não se dispôs a adotar qualquer posição que pudesse implicar um compromisso federal em intervir no Sul.

Em 1959, na Conferência Nacional dos Direitos Civis, ele novamente destacou o peso da Guerra Fria: “À medida que alcançamos um melhor nível de igualdade de oportunidades neste país, nosso prestígio e liderança nacionais são aprimorados.” Entretanto, seu compromisso permaneceu extremamente limitado: “O importante é que avancemos, que avancemos. Isso não significa necessariamente revolução. Na minha mente, isso significa evolução.”<sup>11</sup> Em meio a violência racial e ao visível desrespeito aos direitos constitucionais dos afro-americanos, Eisenhower ofereceu palavras vazias sobre evolução e gradual mudança no pensamento das pessoas por apelo à razão. Para buscar superar a injustiça sob a qual viviam milhares de afro-americanos, os Estados Unidos não encontrariam nenhuma liderança moral em seu presidente. Seriam necessários um novo presidente e uma mudança nas táticas de luta do movimento negro para que um real avanço contra a segregação ocorresse.

Em seu Discurso de Posse, John Kennedy não fez uma única menção aos direitos civis; ele foi completamente dedicado a questões externas, refletindo sua real preocupação como candidato e depois presidente ter sido a Guerra Fria. Com o crescimento de ações mais diretas por justiça racial, contudo, essa preocupação se materializou em favor dos direitos civis e em uma resposta mais incisiva que aquela dada por seus antecessores. A desarmonia doméstica e a imagem ferida dos Estados Unidos no estrangeiro o forçaram a isso. Nessas circunstâncias, administração Kennedy via a luta contra o racismo como algo a ser manejado, mais do que propriamente incentivado e defendido com vigor (LEUCHTENBURG, 2001, pp. 401-402). Nesse sentido: “A principal preocupação de Kennedy sobre o movimento dos direitos civis era

controlá-lo: moderar suas táticas, canalizar suas demandas e limitar a instabilidade social que provocou no Sul” (BORSTELMANN, 2001, p. 158).

Uma vez na Casa Branca, Kennedy voltou atrás em suas promessas de campanha em relação a direitos civis por temer alienar o voto sulista no Congresso em outras medidas que ele considerava mais importantes (PATTERSON, 1997, p. 474). Mesmo quando os democratas dominavam o legislativo, existia uma informal coalização conservadora bipartidária que obstruía novos avanços em questões sociais, requerendo para tanto uma união entre republicanos moderados e democratas liberais. Logo, tal como haviam feito no passado, por mais que falassem de “agressão federal”, congressistas sulistas continuaram tornando o governo federal refém de um cálculo político arriscado. Desse modo, o Departamento de Justiça buscou encorajar ativistas no Sul a abandonar marchas contra Jim Crow e se concentrar em registrar eleitores negros, mas essas tentativas eram frustradas, até mesmo por atos de violência (LEUCHTENBURG, 2001, p. 403). Por mais que Kennedy desejasse evitar turbulências, elas eram criadas continuamente por atividades dos direitos civis, frustrados demais para esperar pacientes pelo amolecimento dos corações de supremacistas brancos, o obrigando a agir, mesmo que a contragosto e tardiamente.

O primeiro grande teste de Kennedy veio quando James Meredith, um veterano negro da Força Aérea, conseguiu uma ordem judicial que forçava a Universidade do Mississippi a admiti-lo. Três vezes sua entrada foi barrada por forças enviadas pelo governador Ross Barnett; na quarta, Kennedy despachou centenas de tropas federais e federalizou a Guarda Nacional do Mississippi. Em seu discurso sobre o evento ele lançou um apelo para que todos lembrassem da causa nacional no exterior: “Os olhos da nação e de todo o mundo estão sobre você e sobre todos nós.” Entretanto, ele não iria tão longe quanto Eisenhower; seus argumentos para defender suas ações também foram baseados unicamente em uma defesa da observância da lei: “pois nossa nação se baseia no princípio de que a observância da lei é a eterna salvaguarda da liberdade e o desafio à lei é o caminho mais seguro para a tirania. [...] os americanos são livres, em suma, de discordar da lei, mas não de desobedecê-la.”<sup>12</sup> O presidente mostrou sua disposição em agir pela defesa de ordens da Corte e afirmou essa defesa como em conformidade com os interesses da nação no exterior, porém não se dispôs a explicitamente abraçar a causa da justiça racial como uma causa nacional, limitando-se a defender suas decisões como em cumprimento às suas tarefas constitucionais como comandante-em-chefe. Mas, ao contrário de seu antecessor, Kennedy não pôde contar com a histeria da ameaça comunista para silenciar o apelo pelos direitos civis. As possibilidades de contestação e dissensão políticas já não eram mais tão limitadas para assegurar a complacência do movimento negro.

Com a integração no Mississippi, o Alabama se tornou o único estado em que estudantes negros e brancos estudavam segregados (LEUCHTENBURG, 2001, p. 404). E seu governador, George Wallace deixou claro em seu Discurso de Posse que o estado permaneceria assim: “Eu traço a linha no pó e jogo a manopla diante dos pés da tirania e digo segregação agora, segregação amanhã, segregação para sempre.” O Alabama resistiria às ações tirânicas e seria ele mesmo um bastião da liberdade, que, uma vez purgado da agressão externa, seria capaz de “viva uma vida plena e útil e em absoluta liberdade de todo medo. Então poderemos desfrutar de toda a riqueza do Grande Sonho Americano.” O surgimento da disputa pela segregação foi também travado pelo significado mesmo do ideal nacional dos Estados Unidos. Se a Confederação se utilizou da simbologia nacional para legitimar sua secessão, não seria diferente para os segregacionistas no Sul. Mesmo que enfatizassem sua identidade regional, eles se apresentavam como defendendo uma missão inscrita nos próprios ideais nacionais. A imagem da tirania era então deslocada de seu uso na Guerra Fria contra o comunismo para construir a imagem da interferência do poder federal na região, comparado, como já vimos, aos antigos tirânicos inimigos do país, o Terceiro Reich e mesmo ao presente inimigo comunista. Segundo o governador, a dessegregação não seria nada mais que a experiência comunista se infiltrando no país: “Esta é a grande liberdade de nossos pais fundadores americanos... mas, se nos misturarmos em uma única unidade como defendida pelos filósofos comunistas... então o enriquecimento de nossas vidas... a liberdade para nosso desenvolvimento... desaparecerá para sempre.”<sup>13</sup> Mas Wallace não era o único a falar de ideais nacionais e o Sonho Americano.

Com o impacto do macarthismo sobre a esquerda negra e a concentração exclusiva em batalhas legais pela NAACP, o movimento pelos direitos civis tornou-se necessitado de novas táticas e ele as encontraria na capacidade organizativa da igreja negra sulista (FONER, 2016, p. 969). Em 1963, a SCLC (Conferência da Liderança Cristã do Sul) colocou em prática sua estratégia de militância não-violenta contra a segregação em Birmingham no Alabama. Uma cidadela para a supremacia branca, a cidade era violenta até mesmo para os termos do Sul. Isso não impediu a organização de grandes manifestações, que acabaram recebidas, como se era esperado, com grande violência. As imagens televisionadas de jovens sendo atacados com cassetetes, mangueiras de água de alta pressão e cães policiais produziram uma onda de revolta no país e no mundo. A campanha na cidade acabou sendo vitoriosa e a cidade foi dessegregada, se tornando um símbolo de determinação para o movimento e um catalisador para novas mobilizações. Da mesma forma, campanha vitoriosa também contribuiu muito para o crescimento da reputação do presidente da SCLC, o reverendo Martin Luther King Jr. (FONER, 2016, p. 987).

Enquanto estava preso por violar o banimento de protestos, King escreveu a Carta de uma prisão em Birmingham, na qual ele, podemos dizer, sumarizou uma apropriação radical e crítica da mitologia nacional dos Estados Unidos pela causa da justiça racial: “Alcançaremos o objetivo da liberdade em Birmingham e em todo o país, porque o objetivo da América é a liberdade. Por mais fustigados e desprezados que possamos estar, nosso destino está ligado ao destino da América.” Logo, mais do que apenas reivindicar os ideais de liberdade dos Estados Unidos, ele fundia a experiência histórica afro-americana com aquela da nação:

Antes de os peregrinos desembarcarem em Plymouth, estávamos aqui. Antes que a pena de Jefferson gravasse as palavras majestosas da Declaração de Independência nas páginas da história, estávamos aqui. [...] Ganharemos nossa liberdade, porque a herança sagrada de nossa nação e a eterna vontade de Deus estão incorporadas em nossas demandas ecoantes.<sup>14</sup>

Apropriando-se dos valores nacionais, King Jr. apelava para a consciência branca da nação, se apresentando como um patriota, que compartilhava o mesmo vocabulário que eles. Essa demonstração de devoção aos valores nacionais foi marca de sua oratória, que se tornou paradigmático de uma parcela do movimento que afirmava lutar em conformidade com a promessa que os Estados Unidos representavam, apenas clamando seu negado direito por ela. Em agosto de 1963, alguns meses após a campanha em Birmingham, no espírito do centenário da Proclamação de Emancipação, a Marcha sobre Washington reuniu em torno de 250.000 pessoas, brancos e negros. Durante o evento, e em frente ao Memorial Lincoln, King Jr. expressou esse exato tom em seu mais famoso discurso, “Eu tenho um Sonho”.

Digo a vocês hoje, meus amigos, que, apesar das dificuldades e frustrações do momento, ainda tenho um sonho. É um sonho profundamente enraizado no sonho americano. Eu tenho um sonho que um dia esta nação se levantará e viverá o verdadeiro significado de seu credo: “Consideramos essas verdades autoevidentes: que todos os homens são criados iguais.”<sup>15</sup>

Assim como Hughes em seu poema, ele fazia a sua reivindicação pelo Sonho Americano. Ele clamava seu direito por ele! Não há dúvidas de que os direitos autoevidentes dos quais Thomas Jefferson falava em documentos como a Declaração de Independência se referiam aos direitos de um homem (e esse é o gênero) universal branco. Porém, havia margem para uma reivindicação verdadeiramente universal pela liberdade e por uma inserção plena do afro-americano dentro da nação.

Como os abolicionistas e socialistas antes deles, os ativistas dos direitos civis, buscaram identificar símbolos nacionais com sua causa contestatória. Essa identificação esteve presente



em seus slogans, faixas e discursos, e mesmo simplesmente sentando em torno do Sino da Liberdade, um reverenciado monumento nacional, para apoiar o direito ao voto no Sul (FONER, 1998, p. 278). Nesse sentido, a oratória de King Jr. não era nova. A própria igreja negra nos Estados Unidos já expressava essa linguagem. Com o movimento dos direitos civis, os ideais nacionais tomariam uma forma militante contra os males sociais do país. Mas a força que King adquiriu como principal líder e símbolo do movimento potencializou seu discurso, de forma que os diversos usos desse vocabulário encontraram nele um corpo mais coerente e uniforme. Como líder da Conferência da Liderança Cristã do Sul, ele se tornaria uma liderança moral para os direitos civis, “uma força motriz por trás do apelo dos americanos negros por justiça e um intérprete articulado de sua missão na sociedade americana” (CHERRY, 1998, pp. 308-309).

Os eventos em Birmingham despertaram a parcela branca da população no Norte, que, até então, estava demasiadamente passiva e indiferente aos direitos civis. A consciência nacional branca, então focada quase exclusivamente na Guerra Fria, descolocou suas preocupações para os acontecimentos no Sul. A violência no Alabama forçou uma radical mudança de postura da parte do presidente. A contradição patente entre a propaganda no país no exterior e as imagens de manifestantes pacíficos atacados brutalmente pela polícia era gritante demais. Ele sabia que não havia como manter a imagem nacional na Guerra Fria com a existência de um sistema de racismo institucionalizado no Sul. Ele também temia o aumento da violência se ele nada fizesse e, acima de tudo, temia que seu governo perdesse controle sobre a dinâmica dos protestos. Ele não desejava ser levado pelos acontecimentos, mas liderá-los (PATTERSON, 1997, pp. 480-481). Havia aqui um claro desejo por um maior controle da presidência sobre o significado nacional da causa por justiça racial, tal qual o controle que ela exercia sobre o significado da causa nacional na Guerra Fria.

Por essas razões, Kennedy começou preparativos para uma Lei dos Direitos Civis. Em junho, após forçar George Wallace a ver paralisado as palavras de sua posse esvaziadas pela intervenção federal em favor da dessegregação na Universidade Estadual do Alabama, ele tomou a oportunidade para se posicionar sobre os direitos civis de um modo como ele nunca havia feito até então (BORSTELMANN, 2001, p. 161). Segundo o presidente, os Estados Unidos se defrontavam com “uma crise moral como um país e como um povo” A cautela demonstrada por ele e seu antecessor desaparece e é substituída por um patente apoio a causa da justiça racial:

Pregamos liberdade em todo o mundo, e nós somos resolutos nisso, e valorizamos nossa liberdade aqui em casa, mas devemos dizer ao mundo, e

muito mais importante, um ao outro que esta é a terra dos livres, exceto para os negros; que não temos cidadãos de segunda classe, exceto os negros; que não temos sistema de classe ou de castas, nem guetos, nem raça mestra, exceto com relação aos negros?

O sentido da crise moral fica claro. Como poderiam os Estados Unidos esperar liderar o Mundo Livre quando os direitos de uma parcela de sua população eram pisoteados pelas forças públicas que deveriam protegê-los? A nação não compactuava com essas ações em qualquer nível, longe disso: “Esta nação foi fundada por homens de muitas nações e origens. Foi fundada no princípio de que todos os homens são criados iguais e que os direitos de todo homem são diminuídos quando os direitos de um homem são ameaçados.” Dando ênfase à dimensão civil do nacionalismo dos Estados Unidos, ele declara nulas quaisquer construções racializadas do pertencimento nacional como queriam segregacionistas como Wallace. Do mesmo modo que King, ele buscava extrapolar a linha de cor, declarando que a experiência negra era parte constitutiva da história nacional e da multiplicidade que compunha os Estados Unidos. Desse modo, ele afirma: “quando os americanos são enviados para o Vietnã ou Berlim Ocidental, não pedimos apenas brancos. Deveria ser possível, portanto, estudantes americanos de qualquer cor frequentarem qualquer instituição pública que escolherem, sem precisar ser protegidos por tropas.” Se soldados ambos negros e brancos participam conjuntamente das tropas que protegem a fronteira da liberdade diante da “cortina de ferro”, como poderiam os Estados Unidos permitir que em seu próprio solo seus cidadãos fossem separados pela sua cor e privilegiados pela branquura de sua pele? Em conformidade com a mítica da guerra, muito cara à imaginação nacional dos Estados Unidos, o pertencimento dos afro-americanos na nação é garantido pelo seu patriótico serviço militar, uma retórica que o movimento dos direitos civis também fez uso. Durante a Guerra da Coréia, a NAACP não apenas publicizou a participação de soldados negros no conflito, mas também a incentivou (LUCKS, 2014, p. 34). Em vista disso, com essas palavras, Kennedy conectou sem meios termos a luta pela justiça racial com a nação, pois ela “por todas as suas esperanças e todas as suas glórias, não será totalmente livre até que todos os seus cidadãos estejam livres.”<sup>16</sup> Condicionando a afirmação do país como uma terra livre com a liberdade da parcela negra de sua população, a causa nacional requeria um claro fim da injustiça racial.

A um nível que não havia sido feito por nenhum presidente antes dele, Kennedy assimilou a justiça racial como parte necessária dos esforços nacionais. Seu sucessor, Lyndon Johnson fortaleceu essa conexão, levando a cabo a Lei dos Direitos Civis de 1964. Ao assiná-la em lei, ele afirmou que a missão delegada pelos Pais Fundadores à presente geração de norte-americanos requeria renovar o significado da liberdade pela promoção de justiça racial.<sup>17</sup> Não

havia outro modo de produzir coerência na Guerra Fria se o dilema colocado pela segregação continuasse a ser endereçado da forma tímida como Truman, Eisenhower e Kennedy por uma boa parte de sua presidência haviam feito. Esse era um caminho sem volta e Johnson estava ciente das consequências políticas para os democratas no Sul.<sup>18</sup> O cálculo em favor da política externa superou o cálculo eleitoral, selando a mudança de postura da presidência.

O mais significativo de seus discursos nessa mudança foi “A Promessa Americana” como ficou conhecido seu pronunciamento ao Congresso em 1965 em favor da lei pelo direito ao voto no Sul: “A causa deles também deve ser a nossa causa. Porque não são apenas os negros, mas realmente somos todos nós que devemos superar o legado paralisante do fanatismo e da injustiça. E nós superaremos.” Mas, mesmo afirmando a adoção dessa causa, ele não nega o protagonismo do verdadeiro herói desse confronto: “O verdadeiro herói dessa luta é o negro americano. Ele nos chamou para cumprir a promessa da América. E quem dentre nós pode dizer que teríamos feito o mesmo progresso se não fosse por sua bravura persistente e por sua fé na democracia americana.”<sup>19</sup> Do apagamento e invisibilidade, o afro-americano adquiria um espaço no panteão de heróis da nação. Como uma figura anônima, “o negro americano” era um emblema, uma representação simbólica da nova disposição nacional pela justiça racial, que poderia ser igualmente celebrada sem apelos políticos particulares desse ou daquele grupo. Anos depois, contudo, ele perderia sua anonimidade, adquirindo rosto e nome.

A adoção explícita da luta contra a segregação por Kennedy foi um momento importante para a história dos direitos civis. A partir de então, em algum grau, todos os presidentes iriam assimilar a justiça racial como parte necessária das tarefas nacionais. Todavia, essa assimilação não teria a mais potencialidade daquela feita por Truman, mesmo que ele tenha adotado uma posição ainda muito tímida na questão. Em meio à cruzada contra o comunismo, a neutralização dos elementos mais radicais do movimento foi possível, mas a frustração do passo lerdado nas reformas e o fim do clima de medo já haviam despertado vozes que contestavam a hegemonia da ideologia da Guerra Fria dentro do movimento. Com a dissonância causada pela Guerra do Vietnã, o consenso nacional que sustentava a política externa do país sofreu um forte impacto, mas isso não se deu apenas em termos externos. Internamente, essa dissonância foi catalisadora para enfraquecer a equivalência entre a causa da Guerra Fria e da justiça racial, ao passo que fortaleceu sua reconexão com um compromisso anti-imperialista no exterior (LUCKS, D. S., 2014, p. 36 e 44). Apesar disso, a assimilação continuou um elemento importante no discurso político norte-americano até o nosso presente, ainda que de forma a produzir fortes contradições. Sintomático desse dúbio processo assimilador foi a mitologização da figura de Martin Luther King Jr.

Após seu assassinato, King Jr. seria envolvido com ares de martírio, culminando com a ratificação por Ronald Reagan de sua data de nascimento como feriado nacional, oficialmente o colocando no panteão de heróis dos Estados Unidos. Sua pessoa foi então abstraída de seus objetivos políticos específicos, tornando-se um símbolo nacional; um nome próprio e uma face eram então dados ao “negro americano” heroico de Johnson. Em sua mitologização, contudo, os aspectos mais radicais de seu pensamento (sua militância contra a pobreza e sua oposição incisiva à Guerra do Vietnã<sup>20</sup>) foram filtrados, transformando um ardoroso crítico social que buscou mudanças mais amplas doméstica e externamente em apenas um carismático líder cristão não-violento da justiça racial (KAMMEN, 1991, p. 662). O fato de o feriado nacional em seu nome ter sido ratificado por um presidente que em sua carreira política, antes e durante sua presidência, sistematicamente se opôs a legislações de direitos civis reflete essa apropriação dúbia e parcial. Nesse sentido, ainda que não tão potente quanto aquela feita no auge da hegemonia da Guerra Fria, uma assimilação e um concomitante processo de neutralização das dimensões mais críticas da causa pela justiça racial permaneceram, mas afrouxados pela existência de uma militância negra com uma perspectiva crítica mais ampla, cujas reivindicações ultrapassam a capacidade assimiladora da estrutura de poder dominante.

### *Epílogo*

No presente momento, isso foi manifestado em alguma medida com a eleição do primeiro presidente afro-americano do país, Barack Obama. Com sua posse, muitos declararam o surgimento de uma América pós-racial, livre da discriminação e do racismo. Nessa perspectiva, a chegada ao posto de maior poder dos Estados Unidos de um homem negro representaria a assimilação máxima da justiça racial como causa nacional. Uma visão que é neutralizadora da luta antirracista a despeito da negatividade imputada por ela ao racismo, dado que ela ignora sua persistência cotidiana e estrutural. Certamente houve conquistas: uma maior participação política e uma visibilização do afro-americano dentro da experiência histórica do país e, é claro, a eleição de Obama também é sintomática disso. Entretanto, esse não é um combate finalizado pela eleição de um homem, tão menos quanto foi pela proclamação do feriado em nome de King. Nada demonstrou isso de forma mais patente que a eleição de Donald Trump em 2016 como sucessor de Obama. A chegada à Casa Branca de um candidato que teve o racismo um importante combustível político torna evidente como os Estados Unidos estão tudo menos perto de serem pós-raciais, assim como torna clara a necessidade de combater a neutralização da luta antirracista por sua assimilação oficiosa.

Ao entrar na Casa Branca, uma polêmica surgiu se Trump havia retirado o busto de King Jr. do Salão Oval. Na realidade, ele havia apenas acrescentado um busto de Churchill, mas mantido o de King Jr.<sup>21</sup> A permanência da imagem do líder dos direitos civis, contudo, é uma evidência daquilo que Benjamin nos alertou no fragmento de sua Tese que inicia este artigo. O conteúdo dado ao passado está ameaçado tal como estão seus destinatários. Quando Trump defende supremacistas brancos enquanto mantém um busto de King Jr. no Salão Oval, ele revela como sua entrada no panteão heroico tem a capacidade tanto de despertar a crítica, quanto de neutralizá-la. Como, defenderiam seus apoiadores, o presidente poderia ser racista com um busto de King Jr.? Ou quando ele observa o feriado nacional em homenagem ao reverendo? O fenômeno Trump nos mostra como travamos continuamente uma luta pelo presente e pelo passado.

Algo que podemos ver na diferença sutil entre o verso de um poema e seu slogan. Enquanto Hughes em sua poesia expunha os lados obscuros da experiência histórica dos Estados Unidos, lembrando aqueles que foram pisoteados em seu desenrolar, e buscava dar um sentido radical para ela clamando “And make America again!” (E fazer a América Novamente!); Trump, em contrapartida, com seu famoso slogan “Make America Great Again” (Torne a América Grande Novamente) deseja esvaziar essa experiência desse sofrimento de modo a torná-la novamente, o que, na verdade, ela nunca foi, puro triunfo. A nos, como diria Benjamin, cabe reacender a centelha da esperança.

## Referências

BERG, Manfred. Black Civil Rights and Liberal Anticommunism: The NAACP in the Early Cold War. *The Journal of American History*, v.94, n.1, 2007, 75-96.

BLIGHT, David. “What Will Peace among the Whites Bring?”: Reunion and Race in the Struggle over the Memory of the Civil War in American. *The Massachusetts Review*, v.34, n.3, 1993, 393-410.

BLIGHT, David. Fifty years of freedom: The memory of emancipation at the civil war semicentennial, 1911-15. *Slavery & Abolition*, v.21, n.2, 2000, 117-134.

BORSTELMANN, Thomas. *The Cold War and the Color Line – American Race Relations in the Global Arena*. Cambridge: Harvard University Press, 2001.

CHERRY, Conrad. (Ed.). *God’s new Israel: religious interpretations of American destiny*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1998.

DU BOIS, W. E. B. *The Souls of Black Folk*. New York: Bedford Books, 1997.

ENGELHARDT, Tom. *The End of Victory Culture: Cold War America and the disillusioning of a generation*. New York: Basic Books, 1995.

FONER, Eric. *The Story of American Freedom*. New York and London: W. W. Norton & Company, 1998.

FONER, Eric. *Give me Liberty! An American history Volume 2*. New York: W. W. Norton & Company, 2016.

FOUSEK, John. *To Lead the Free World - American Nationalism and the Cultural Roots of the Cold War*. Chapel Hill and London: The University of North Carolina Press, 2000.

GARDELLA, Peter. *American Civil Religion. What America holds sacred*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

GRANT, Susan-Mary. *História Concisa dos Estados Unidos da América*. São Paulo: EDIPRO, 2014.

HARTMAN, Saidiya. The Time of Slavery. *South Atlantic Quarterly*, v.100, n.4, 2002, 757-777.

KAMMEN, Michael. *Mystic chords of memory. The transformation of tradition in American culture*. New York: Vintage, 1991.

LACLAU, Ernesto.; MOUFFE, Chantal. *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios, 2015.

LEUCHTENBURG, William. *The American President From Teddy Roosevelt to Bill Clinton*. Oxford University Press, 2001.

LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"*. São Paulo: Boitempo, 2005.

LUCKS, Daniel. *Selma to Saigon: The Civil Rights Movement and the Vietnam War*. Lexington: University Press of Kentucky, 2014.

LUCKS, Daniel. African American soldiers and the Vietnam War no more Vietnams. *The Sixties*, 10(2), 196–220, 2017.

PATTERSON, James. *Grand Expectations The United States, 1945-1974*. New York: Oxford University Press, 1997.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A política externa dos Estados Unidos*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

SLOTKIN, Richard. *The Gunfighter Nation*. Norman: University of Oklahoma Press, 1992.

---

<sup>1</sup> Disponível em <https://bit.ly/1NjKxLq>

<sup>2</sup> O Trem da Liberdade foi o mais bem elaborado projeto de propaganda ideológica dos anos iniciais da Guerra Fria. Entre 1947 e 1949, ele visitou 322 cidades, atravessou todos os 48 estados e recebeu mais de 3.5 milhões de visitantes, que puderam ver 127 documentos exibidos a bordo, como o Pacto do Mayflower, a Declaração de

---

Independência, a Carta dos Direitos, o Discurso de Despedida de George Washington, o Discurso de Gettysburg, a Proclamação da Emancipação e muitos outros. Como resultado do início da Guerra Fria, a ideia inicial do projeto de contrastar a Alemanha nazista com a experiência de liberdade dos Estados Unidos foi rapidamente abandonada em favor de seu contraste com a União Soviética e o comunismo (KAMMEN, 1991, P.574-575).

<sup>3</sup> Disponível em <https://bit.ly/2JlkNNs>

<sup>4</sup> A reação raivosa do historiador sulista Lyon G. Tyler a uma carta de um novo iorquino que propôs a construção de um memorial a Lincoln em Richmond, antiga capital confederada e a recusa do então presidente Grover Cleveland (pressionado por veteranos unionistas) de retornar bandeiras confederadas capturadas durante a guerra para seus estados de origem demonstram os limites dessa reconciliação (KAMMEN, 1991, p.110 e 115).

<sup>5</sup> Address Before the National Association for the Advancement of Colored People (1947). Disponível em <https://bit.ly/2TQSXLA>

<sup>6</sup> Address Before the National Association for the Advancement of Colored People (1947). Disponível em <https://bit.ly/2TQSXLA>

<sup>7</sup> O conceito de cadeia de equivalência de Laclau Mouffe se refere a maneira como um discurso pode abranger simultaneamente as especificidades das demandas de diferentes grupos sociais ao mesmo tempo em que diminui as diferenças entre esses grupos, formando, assim, um discurso mais abrangente e amplo (LACLAU, MOUFFE, 2015, p.209)

<sup>8</sup> É importante apontarmos que o movimento e jornais afro-americanos não cessaram de fazer críticas à política externa norte-americana. Porém, elas eram somente críticas táticas, não representando um desvio do debate dominante em política externa, em cuja participação era necessária a aceitação de seus termos principais (mais notadamente, o anticomunismo) (FOUSEK, 2000, 141 e 159).

<sup>9</sup> Minha compreensão de “antagonismo” é proveniente da obra de Laclau e Mouffe. Para os autores, uma relação antagônica é aquela em que a presença de um “Outro” me impede de ser plenamente eu mesmo. Ele se torna, portanto, um símbolo do meu não-ser. (LACLAU, MOUFFE, 2015, p.202)

<sup>10</sup> Radio and Television Address to the American People on the Situation in Little Rock (1957). Disponível em <https://bit.ly/2TQToWe>

<sup>11</sup> Remarks at the National Conference on Civil Rights (1959). Disponível em <https://bit.ly/2zh33vC>

<sup>12</sup> Radio and Television Report to the Nation on the Situation at the University of Mississippi (1962). Disponível em <https://bit.ly/2ZbmLbR>

<sup>13</sup> Disponível em <https://bit.ly/2LLE115>

<sup>14</sup> Disponível em <https://bit.ly/30jubXv>

<sup>15</sup> Disponível em <https://bit.ly/2fmjJXA>

<sup>16</sup> Radio and Television Report to the American People on Civil Rights (1963). Disponível em <https://bit.ly/324dijnJ>

<sup>17</sup> Ver Radio and Television Remarks Upon Signing the Civil Rights Bill (1964). Disponível em <https://bit.ly/2TWdcrh>

<sup>18</sup> Ao seu Secretário de Imprensa, Johnson afirmou que, ao assinar a lei, ele havia entregado o Sul aos republicanos para o resto de suas vidas (LEUCHTENBURG, W. F. 2001, p.437).

<sup>19</sup> Special Message to the Congress - The American Promise (1965). Disponível em <https://bit.ly/31Tpa7J>

<sup>20</sup> Desde o início de sua militância, Martin Luther King Jr. definia a luta contra a segregação como parte de uma luta mais ampla contra o colonialismo e o imperialismo. Mas, na medida em que o movimento avançou, ele manteve suas posições em caráter privado, as tornando plenamente públicas apenas em 1967 quando ele rompeu com a administração Johnson ao condenar as ações dos Estados Unidos no Vietnã (LUCKS, 2014, p.6-7 e 40).

<sup>21</sup> Ver <https://bit.ly/2P8UDkV>

Submetido em 09 de fevereiro de 2020

Aceito em 18 de maio de 2020.